

Tribuna BANCÁRIA

APENAS
EM
FORMATO
DIGITAL

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1621 | 8 A 13 DE JUNHO DE 2020



www.bancariosce.org.br



bancariosce



bancariosdoceara



seebce



85 99129 5101

#PRIVATIZARNÃOÉASOLUÇÃO

DEFENDER OS BANCOS PÚBLICOS É DEFENDER O BRASIL!

NÃO ÀS
PRIVATIZAÇÕES

A Importância da defesa dos bancos públicos volta a ser tema de debates após atuação fundamental na pandemia e constantes ameaças do governo Bolsonaro (págs. 4 e 5)



Carlos Eduardo, presidente do Sindicato, se licencia para eleições 2020 (pág. 2)

Novo presidente do BNB é destituído 24h após assumir. Uso do BNB como barganha política preocupa entidades sindicais (pág. 7)

PRESIDENTE DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS SE LICENCIA PARA CONCORRER A VEREADOR



O presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará, Carlos Eduardo, desde o dia 3 de junho, está licenciado de seu mandato sindical para concorrer a uma vaga na Câmara Municipal de Fortaleza, nas eleições de 2020.

Carlos Eduardo está no comando do Sindicato desde 2009 e nesse, que é seu quarto mandato, acumulou diversas conquistas para a categoria bancária. Foram garantidos direitos como a ampliação das licenças maternidade (de 120 para 180 dias) e paternidade (de cinco para 20 dias – com implantação na entidade de curso de paternidade responsável); vale-cultura (direito não renovado desde o governo golpista); dez anos consecutivos de aumento real com greves históricas e participação ativa da categoria no Ceará,

bem como grandes conquistas com relação à segurança bancária, tendo o Sindicato dos Bancários como protagonista desta luta. Em 2012, foi sancionada a lei municipal e em 2017, a lei estadual de segurança bancária, com diversos mecanismos para proteger a categoria e a população. Ele também tem atuado fortemente em defesa da categoria nesse período de pandemia, como um dos membros do Comitê de Crise com a Fenaban, pois também é presidente da Federação dos Trabalhadores em Empresas do Ramo Financeiro do Nordeste (Fetrafi-NE), de onde também está agora licenciado.

“Estou me licenciando do cargo de presidente do Sindicato dos Bancários porque sou pré-candidato a vereador por Fortaleza. Estou ciente de que essa licença ocorre num momento de muita dificuldade para todos nós, nesses dias de pandemia. Como profissionais de saúde e outras categorias, os bancários têm atuado na linha de frente, atendendo a população da melhor forma possível. E temos, como sempre, atuado na proteção e defesa dos direitos da categoria, sem esquecer da importância do serviço prestado à sociedade, sobretudo àqueles mais vulneráveis”, afirma Carlos Eduardo.

E completa: “a categoria bancária tem histórico de pioneirismo na luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora, e tenho estado à frente dessa luta desde 2009. E é em defesa de uma sociedade mais justa para todos, que gostaria me colocar a serviço da cidade de Fortaleza, dos trabalhadores de Fortaleza, por isso, novamente estou me licenciando do Sindicato e me colocando à disposição de todos os trabalhadores, pleiteando representá-los no parlamento municipal. Os direitos da nossa categoria, da classe trabalhadora e do povo sofrido serão minhas principais bandeiras”, disse. Em 2018, Carlos Eduardo foi candidato à deputado federal.

Ele destaca que, diante de um cenário extremamente desfavorável à classe trabalhadora, com parlamentos cada vez mais conservadores, é de fundamental importância termos representantes dos trabalhadores em todas as Casas para reverter essa conjuntura adversa. “Me sinto parte de um projeto coletivo. Nunca fui de fugir da luta e não seria agora que eu o faria. Por isso, peço o apoio e a participação de cada bancário e bancária, para se transformar num multiplicador desse projeto, que é de todos nós. Lutaremos juntos pela sociedade que sonhamos”, concluiu.

BREVES

70% DOS BANCÁRIOS SÃO A FAVOR DO IMPEACHMENT DE BOLSONARO

Cerca de 70% dos bancários são a favor do impeachment de Bolsonaro. Este é o resultado da pesquisa realizada no site da Contraf-CUT encerrada dia 3/6. Dentre as mais de 1.200 pessoas que responderam à pesquisa em todo o Brasil, 10% não sabem e 20% são contra o impedimento do presidente. Sobre a atuação do governo federal durante a pandemia, 66,09% dos bancários avaliam como péssima, 11,47% como ruim, 11,63% como regular, 6,93% como boa e 3,88% como ótima. O número cresce quando o assunto é isolamento social: 90% dos entrevistados é a favor, 8% é contra e 2% não sabe. Além disso, 33,11% responderam que estão trabalhando presencialmente em jornada integral, 33,78% estão em home office com jornada completa, 16,85% estão em rodízio e 2,75% estão trabalhando e com jornada reduzida. Entre os que não estão trabalhando, 1% foi despedido, 2,92% está acumulando banco de horas, 1,75% não está acumulando banco de horas, 1,58% está com o contrato suspenso, recebendo benefício do governo e 8,26% teve as férias antecipada.

GOVERNO TIRA DINHEIRO DO BOLSA FAMÍLIA PARA PUBLICIDADE OFICIAL

O governo cortou o orçamento do Bolsa Família, apesar da fila de espera no programa, e pretende usar os recursos para expandir a publicidade institucional. A tesourada foi no segmento destinado a atender as famílias carentes do Nordeste, onde a cobertura caiu em relação ao ano passado. O dinheiro poderia ser usado para liberar a entrada de mais famílias, mas uma portaria do Ministério da Economia retira R\$ 83,9 milhões do programa e transfere essa verba para a comunicação institucional da Presidência da República. O corte no orçamento, segundo técnicos do próprio governo, seria suficiente para atender cerca de 70 mil famílias no segundo semestre do ano, quando o benefício médio deve voltar a ser de R\$ 200. Há um ano, o governo Bolsonaro iniciou uma sequência de cortes no programa social praticamente travou a entrada de novos beneficiários.



www.bancariosce.org.br



bancariosce



bancariosdoceara



seebce



85 99129 5101

Home Page: www.bancariosce.org.br – Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone geral : (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194

Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 – Fortaleza – Ceará

Presidente em exercício: José Eduardo Rodrigues Marinho – Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP

Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Esta edição não será impressa, disponibilizada apenas em PDF



CAIXA ANUNCIOU FORMALMENTE QUE IRÁ COBRAR METAS EM MEIO A PANDEMIA



A Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, que assessora a Contraf-CUT, é veementemente contra a postura do banco público de cobrar metas dos empregados em plena pandemia de coronavírus (Covid-19) e enquanto acontece o pagamento do Auxílio Emergencial. O anúncio foi feito em reunião virtual, dia 3/6, pela vice-presidência da Rede de Varejo (Vired) em conjunto com a vice-presidência de Varejo (Vimov).

O banco tem tratado as metas como se os empregados estivessem em situação de normalidade e não em meio a uma pandemia. Os empregados já estão bastante desgastados com o atendimento para a população, em especial devido ao auxílio emergencial, que é bastante esgotante e, paralelo a isso, ainda tem o medo de serem contaminados e de contaminarem os seus familiares.

A postura contraria os compromissos firmados pelo banco público, desde o início da pandemia. Em março, a direção da Caixa havia se comprometido a suspender a cobrança de metas durante a pandemia de coronavírus. Já no começo de abril, em documento, a vice-presidência de Varejo havia afirmado que “nenhuma unidade ou

empregado terá impacto na sua carreira em razão dos resultados observados enquanto durar esta fase de confinamento”. Depois, no início de maio, havia comunicado a suspensão da GDP.

Entretanto, as entidades representativas dos empregados têm recebido denúncias de que gerentes têm chegado nas unidades antes das sete horas, os empregados passam o dia todo gerando token para pagamento de Auxílio Emergencial. Como os empregados vão cumprir as metas numa situação dessas?

RELAXAMENTO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA – Ao mesmo tempo em que volta com a cobrança das metas, a Caixa também relaxa as medidas de segurança relacionadas à saúde de seus empregados, com o retorno de trabalhadores de áreas-meio que estavam em sistema de teletrabalho e mudanças nas regras de afastamento dos terceirizados.

O Sindicato dos Bancários do Ceará ressalta que irregularidades, pressões, descumprimento de medidas acertadas durante as reuniões com o Comitê de Crise, devem ser denunciadas à entidade pelo e-mail bancariosce@bancariosce.org.br.

Empregados da Caixa que contraíram coronavírus devem abrir CAT

A Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa orienta a todos os empregados infectados pela Covid-19 a procurar o banco para a abertura da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT). Isso porque, O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu que a contaminação por Coronavírus se caracteriza como acidente de trabalho, após uma Medida Provisória ter criado uma norma falando o contrário.

Caso o banco se recuse, o empregado deve procurar o Sindicato para emitir o CAT. “É muito comum que os gestores demorem ou, até mesmo, se neguem a emitir a CAT. Nessa hora, os colegas devem procurar o Sindicato para denunciar a prática e, principalmente, emitir a CAT, que é um documento reconhecendo um acidente de trabalho ou de trajeto, bem como uma doença ocupacional.”, lembra Fabiana Uehara Proscholdt, representante da Contraf-CUT nas negociações com o banco.

Plantão da Saúde

A orientação para empregados da Caixa também serve para os bancários dos demais bancos. Para realizar a emissão da CAT, tirar dúvidas e recolher demandas dos bancários cearenses, o Sindicato lançou recentemente o Plantão Saúde do Bancário. O serviço é um teleatendimento que funciona de segunda a quinta, das 9h ao meio-dia, através do telefone 85 99155 2428. Faça cumprir o seu direito!

BANCÁRIOS DEFENDEM BANCOS PÚBLICOS DA MIRA ENTREGUISTA DE GUEDES E BOLSONARO

“Precisamos mostrar o que os bancos públicos significam, a importância. Tem gente que diz que tem que privatizar, porque o serviço público ‘é ruim’. Como assim? Fazem trabalhos essenciais e difíceis”, diz a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira. Ela participou de uma live, dia 2/6, com outros nomes do movimento sindical. Também era esperada a presença do governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB). Entretanto, por problemas técnicos, ele não conseguiu comparecer, deixando a promessa de outro debate nos próximos dias.

A presidenta da Contraf-CUT falou, além de mostrar a importância dos bancos públicos, sobre os ataques que o patrimônio nacional sofre nas mãos do governo Bolsonaro. “Mais do que nunca precisamos fazer essa defesa. A fatídica reunião ministerial que, em um momento de pandemia, com tantas mortes e problemas para a sobrevivência, o governo não debate nada importante para o povo”, disse, lembrando vídeo liberado há duas semanas pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello.

ESSENCIAL EM TEMPOS DE CRISE – “Ao contrário”, seguiu Juvandia sobre a reunião, “falam de privatização. Tratam o funcionalismo público como adversário. Qualquer governo deveria valorizar o serviço público, especialmente neste momento em que vemos a importância do Estado, do SUS, da ciência, da educação, das universidades e dos bancos públicos”.



Juvandia lembrou de ações como o pagamento do auxílio emergencial, feito por um banco público, a Caixa. “Quem está agindo na pandemia são os bancos públicos. Veja o trabalho dos funcionários da Caixa, deixando suas famílias em casa e comprometidos no atendimento da população. Deixo minha homenagem a todos esses trabalhadores”.

O presidente da CTB, Adilson Araújo, também lamentou a postura do governo, especialmente a condução do Ministério da Economia por Paulo Guedes. “Os bancos públicos estão sob ameaça. Está muito claro. Ainda mais depois da trágica reunião ministerial quando, de forma asquerosa, a sociedade pode perceber quais são os verdadeiros interesses do governo Bolsonaro e de Paulo Guedes. Eles seguem obcecados não somente em promover a destruição da ordem social mas, sobretudo, pôr fim aos bancos públicos e aos sindicatos”.

119 projetos federais em andamento

Governo prevê mais de R\$ 1,3 trilhão em investimentos



Modelo de projeto



JUVANDIA MOREIRA, presidenta da Contraf/CUT, é funcionária do Bradesco e já presidiu o Sindicato dos Bancários de São Paulo. Nesta entrevista ao portal da Fenae, realizada por canais digitais, ela falou da importância de se defender os bancos públicos e da forma omissa e irresponsável que o governo Bolsonaro vem lidando com a pandemia. Confira aqui um resumo da entrevista:



Que avaliação pode ser feita sobre a atual crise e os impactos na economia do país?

Juvandia – O grande problema do Brasil é o Presidente da República. Ao invés de coordenar a crise, para ajudar o país a sair mais rapidamente da pandemia e a recuperar a economia, ele joga contra a política de isolamento social que no mundo inteiro foi adotada. Os países que não adotaram tiveram um maior número de mortes do que os demais, assim como registraram uma queda acentuada da atividade econômica. Então a solução, não essa que o Bolsonaro está dando, é ter uma coordenação articulada com os estados e municípios, trabalhando para sair dessa pandemia o mais rapidamente possível. Infelizmente, o contrário disso é o que vem acontecendo no Brasil. Defendemos uma agenda de desenvolvimento para o país, com mais investimento público e retorno do crescimento com distribuição de renda e justiça social.

Que papel a Caixa joga nesse cenário contaminado por crises política e econômica?

Juvandia – A Caixa tem um papel muito importante nesse cenário de crise econômica. E, obviamente, está sofrendo as consequências da crise política e da falta de coordenação, como resultado de um governo inconsequente e irresponsável. A concentração na Caixa do pagamento do auxílio básico emergencial, que vínhamos dizendo não ser possível, porque é jogar praticamente metade da população brasileira nas costas de um único banco, é de uma irresponsabilidade muito grande. Essa política, inclusive, provoca as enormes filas e aglomerações registradas nas agências de todo o país. Uma coisa fica evidente nesse cenário de pandemia: a Caixa é importante para o país. Os bancos públicos são instrumentos fundamentais para o desenvolvimento social e econômico.

Como analisa os ataques perpetrados pelo governo contra os bancos públicos?

Juvandia – Esse governo tem um único objetivo: entregar o país para os interesses das multinacionais e do mercado financeiro, o que prova que essa turma não trabalha para a maioria da população. Isso fica claro em relação aos bancos públicos. Temos que nos organizar e lutar para que esse retrocesso não aconteça. Os bancos públicos são importantes para o desenvolvimento regional. São essas instituições que garantem crédito para os municípios e

Bolsonaro ameaça bancos e quer acabar com programas sociais

regiões mais pobres. O movimento tem que ser no sentido de buscar o diálogo com a sociedade. É preciso combater essa política econômica de Bolsonaro.

Qual é a importância das entidades sindicais no enfrentamento da pandemia do coronavírus?

Juvandia – A importância de entidades organizativas, como a Fenae, a Contraf/CUT, as associações e os sindicatos, é enorme. A pandemia é uma prova disso. Conseguimos colocar quase 300 mil trabalhadores em home office logo na primeira semana, assim que a OMS divulgou orientações a respeito. Começamos um processo de negociação no âmbito do sistema financeiro nacional e, em virtude disso, os bancários que não estão em

casa contam com máscara, álcool gel e barreira de acrílico, medidas adotadas por cobrança do movimento sindical. Então, nesse momento e sempre, a proteção à vida, à saúde, aos empregos e aos direitos de toda a categoria bancária é a grande tarefa exercida pelos movimentos sindical e social Brasil afora.

Como as entidades representativas devem agir para apresentar alternativas estruturais à atual conjuntura do país?

Juvandia – Uma das primeiras coisas a fazer é unir-se. É a unidade que nos torna mais fortes na defesa da democracia, da soberania nacional e dos direitos dos trabalhadores, tendo em vista a existência de um monte de medidas provisórias atacando os direitos dos bancários e de outras categorias profissionais, com prejuízo também para diversos segmentos da sociedade civil brasileira.

Em relação ao futuro, quais são as perspectivas para o setor público no Brasil?

Juvandia – São as piores possíveis por causa, principalmente, do atual governo e das ações de redução do Estado, entrega do patrimônio público, salários rebaixados e demissões de servidores. Em contraposição a esse modelo nefasto, porém, a sociedade, as entidades representativas e os trabalhadores têm o desafio de articular uma reação coordenada, com apresentação de uma proposta de retomada do crescimento econômico com distribuição de renda e geração de emprego. Na luta contra o neoliberalismo e o autoritarismo, os trabalhadores e o conjunto da população devem unir-se em torno de uma plataforma de resistência contra o retrocesso, para que o Brasil mude de rumo.

COE BRADESCO EXIGE FIM DA COBRANÇA DE METAS DURANTE A PANDEMIA

A COE do Bradesco se reuniu por videoconferência, dia 4/6, com a direção do banco para cobrar a realização de testes laboratoriais para identificar a Covid-19 em todos os trabalhadores do banco, além de reivindicar o fim da cobrança de metas durante a pandemia e pedir explicações sobre o fechamento de agências.

A COE reforçou também a solicitação para que os gestores continuem a seguir o protocolo de ações para saúde e segurança definidos no início da pandemia. A representação dos empregados tem recebido denúncias da demora na aplicação de protocolo, como o fechamento das agências e a higienização quando há confirmação de casos de Covid-19. As reivindicações serão levadas ao comitê



TESTES CLÍNICOS

Quanto aos testes, o banco informou que já começaram em São Paulo e no Rio de Janeiro e, na semana que vem, começam em Brasília. A medida que forem ampliadas para as demais regiões do país, o banco avisará a comissão de empregados. O Bradesco disse ainda que está trabalhando para a extensão a todos os funcionários, não só quem está nas agências.

METAS

Quando os representantes dos trabalhadores cobraram o fim das exigências de metas durante a pandemia, o banco disse que continua funcionando normalmente com a venda dos seus produtos. Porém, irá apurar as denúncias em relação aos excessos nas cobranças dos funcionários, pois não é essa a orientação da direção.

COE ITAÚ APRESENTA DENÚNCIAS AO BANCO

A COE do Itaú apresentou à direção do banco algumas denúncias de descumprimento do acordo feito durante a pandemia do coronavírus (Covid-19). Na reunião por videoconferência, realizada dia 28/5, os representantes expuseram ainda algumas dúvidas dos trabalhadores durante este período.

O primeiro assunto foi o banco de horas negativas, que está com problemas de gestão. O banco precisa ter uma postura mais rígida e ativa, com um comunicado oficial para toda a rede ressaltando a cobrança do banco de horas negativa, que tem como objetivo preservar a saúde dos funcionários, em primeiro lugar. Os sindicatos perceberam que alguns gestores estão utilizando incorretamente.

A COE Itaú reivindicou a realização dos testes da Covid-19 para todos os funcionários. O banco disse que no momento não é possível, mas que vai levar o tema para a mesa de negociação unificada entre o Comando Nacional e a Fenaban. Quando questionado sobre o reembolso dos testes particulares, o Itaú disse que pagará nos casos com diagnóstico e pedido do médico.

Os representantes dos trabalhadores denunciaram que alguns gestores estão

dificultando a entrega dos netbooks, o que impossibilita os funcionários afastados de trabalhar em home office, obrigando a manter em banco de horas.

Outra questão levada ao banco é como fica, durante a pandemia, o programa AGIR, ligado à remuneração variável dos funcionários do Itaú. Assim como o Trilhas de Carreira, mecanismo de avaliação trimestral dos caixas. O banco informou que os funcionários têm garantido mil pontos, que são referentes ao mês de maio. O Itaú ficou de dar um retorno, com levantamento dos últimos meses, na próxima reunião sobre todas as avaliações do banco. A COE Itaú também questionou sobre a alteração da forma de pagamento do vale-transporte, já que muitos trabalhadores estão usando condução própria.

SAÚDE – Os representantes dos trabalhadores questionaram sobre a forma de higienização das agências. Alertaram ainda para o fato de que o INSS não está fazendo a perícia, por isso, o banco deve



cumprir a cláusula 29 do Acordo Coletivo, que trata sobre o complemento salarial. O banco falou que a higienização das agências está sendo feita no prazo entre 48 e 72 horas. A COE Itaú denunciou que, apesar de o processo legal para as pessoas que se sentem aptas é pedir ao médico um relatório indicando a sua volta ao trabalho, há casos que o gestor solicita ao trabalhador que faça carta de próprio punho, o que é ilegal.

A próxima reunião ficou agendada para 9 de junho. Além dos retornos pendentes dessa reunião, PCR, bolsas de estudos e renovação do acordo entrarão na pauta da próxima reunião.

PRESIDENTE DO BNB INDICADO PELO CENTRÃO É DESTITUÍDO 24H APÓS TOMAR POSSE

O Conselho de Administração do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) decidiu, dia 3/6, destituir Alexandre Borges Cabral da presidência da Instituição. Ele foi indicação do chamado Centrão – grupo de partidos sem coloração ideológica que se aproximou do governo Bolsonaro – e havia sido empossado um dia antes, dia 2/6.

A saída de Cabral ocorre depois de vir à tona um processo movido pelo TCU (Tribunal de Contas da União) que apura supostas irregularidades em contratações feitas pela Casa da Moeda no período em que ele ficou à frente da estatal, de 2018 a 2019. O suposto prejuízo é de R\$ 2,2 bilhões.

Em comunicado, o BNB destacou que o Conselho de Administração “tem pautado suas deliberações de forma diligente, rigorosamente em conformidade as boas práticas de governança corporativa e em estrita observância da legislação vigente”.

O diretor financeiro e de crédito do Banco, Antônio Jorge Pontes Guimarães Júnior, exercerá a presidência da instituição interinamente até que seja indicado novo presidente para o cargo.

Em 2019, o BNB teve um lucro de R\$ 1,73 bilhão, com um investimento de R\$ 42,16 bilhões na economia regional, sendo R\$ 29,56 bilhões oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), revelando um robusto orçamento a ser administrado por quem vem administrar a Instituição. Para esse ano, o orçamento do Fundo é de R\$ 29,3 bilhões.

ACORDOS COM O CENTRÃO – O governo Bolsonaro já colocou nas mãos dos indicados pelo “Centrão” órgãos públicos e empresas estatais que gerenciam R\$ 110,5 bilhões anuais. As nomeações saíram em pouco mais de um mês. A primeira foi em 29/4, para a superintendência da CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos) em Recife, também conhecido com o metrô da capital pernambucana. Carlos Ferreira da Silva Filho foi nomeado por indicação do PSC. O PL recebeu depois o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, com orçamento estimado em R\$ 54 bilhões. A mais recente foi dia 2/6, na Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde. O professor da UFPB (Universidade Federal da Paraíba) Arnaldo Correia de Medeiros foi nomeado pelo cargo por indicação do PL.

O diretor do Sindicato, Tomaz de Aquino, destaca que o Centrão – bloco de partidos reconhecidamente de Centro-Direita – não costuma ocupar cargos públicos em estatais por mero deleite. “No mínimo, eles buscam fazer tráfico de influência para que os parlamentares que compõem esse bloco continuem a se eleger, fazendo da política uma carreira. E em muitos casos são alvos de escândalos com o manuseio do dinheiro público, como é o caso que está sendo investigado na Casa da Moeda e outras ações já denunciadas envolvendo parlamentares desse bloco. Para não forçar muito a memória, vários líderes do Centrão estão arrolados em processos da Lava Jato, alguns até com condenação e com prisão já cumpridas. É o Centrão, originário dos chamados ‘Anões do Orçamento’ (um grupo de congressistas que, no início dos anos 90, envolveram-se em fraudes com recursos do Orçamento, sendo alvo de uma CPI, em 1993), que continua dando as cartas no Brasil, se prevalecendo de governo fracos que, em última instância, se agarram a esse bloco de partidos como uma tábua de salvação para se manter no poder”, analisa o diretor.



“Por fazer parte da máquina estatal brasileira, o Banco do Nordeste do Brasil é um ente político que, normalmente, tem em suas administrações, até por questões legais, indicadas pelo governo que esteja à frente dos destinos da nação.

Então, o governo indicar o presidente e os diretores do BNB não é inusitado. O problema é fazer jogo político – e político com p minúsculo – com uma Instituição que tem mais de 65 anos e uma missão muito nobre, que é tentar reduzir a miséria e a fome através da redução das desigualdades existentes no nosso país. Quando o governo Bolsonaro se aproxima do Centrão, fazendo reviver de forma descarada a política do ‘toma-lá-dá-cá’, tão condenada hipocritamente por ele na sua campanha eleitoral, ele sinaliza para a nação que quer, sim, fazer do BNB, um objeto de barganha política para se blindar de ações contra o seu governo. Ações, por sua vez, que vêm sendo tomadas de maneira muito correta em instâncias superiores da nossa justiça”.

Tomaz de Aquino, diretor do Sindicato e coordenador da Comissão Nacional de Funcionários do BNB (CNFBNB)

CONTRAF-CUT PEDE MUDANÇAS AO SENADO NA MP 936

A Medida Provisória 936/2020, aprovada pela Câmara dos Deputados dia 28/5, prevê a estabilidade no emprego e uma complementação a ser paga pelo governo aos trabalhadores que tiverem seus contratos de trabalho suspensos, ou seus salários e jornada reduzidos durante a vigência do Estado de Calamidade decretado pelo Governo Federal. Uma alteração introduzida pela base governista possibilita o aumento da jornada da categoria bancária. A Contraf-CUT já solicitou a retirada desta mudança e vai exigir que os bancos cumpram o que está definido na CCT da categoria, que proíbe o aumento da jornada.

Pela MP, as empresas podem reduzir salários e jornadas por até 90 dias e suspender contratos por até 60 dias e são proibidas de demitir os trabalhadores pelo dobro do período. As reduções de jornada e salários podem variar de 25% a 70% e chegar a 100% em caso de suspensão do contrato.

ULTRATIVIDADE – As entidades sindicais chamam a atenção para a garantia da ultratividade dos acordos e convenções coletivas em vigência. A medida provisória, no entanto, além de garantir a extensão dos direitos da CCT e ACTs dos bancários até que um novo acordo seja firmado, dá força de lei ao que está estabelecido nos acordos da categoria ao incluir



o artigo 226-A à CLT, que passa a vigorar com a seguinte redação: “As convenções e os acordos coletivos de trabalho negociados com entidades sindicais representativas da categoria profissional dos bancários, inclusive a convenção coletiva nacional de trabalho, terão força de lei”.

7ª E 8ª HORAS – Houve, na Câmara, a inclusão de um item na MP 936 que altera o artigo 224 da CLT, que trata da jornada de trabalho dos bancários. A mudança introduzida por deputados da base governista não altera o caput

do artigo 224 da CLT, que determina que a jornada de 6h, mas promove uma alteração no parágrafo segundo do artigo 224. A alteração se dá na redação do parágrafo segundo, que, da forma como foi aprovada na Câmara, diz que “as disposições do caput deste artigo não se aplicam aos demais empregados em bancos, em casas bancárias e na Caixa Econômica Federal que receberem gratificação de função não inferior a 40% (quarenta por cento) do salário do cargo efetivo, que remunera a 7ª e a 8ª horas trabalhadas”.

A medida deve ser votada no Senado ainda esta semana.

Em Pauta histórico

Após ser criticada nas redes sociais por exibir um debate sobre racismo, no programa Em Pauta, somente com jornalistas brancos, no dia 2/6, a GloboNews, canal de notícias pago da Globo, realizou no dia seguinte, 3/6, um novo programa, com o mesmo tema, dessa vez só com jornalistas negras. O apresentador Heraldo Pereira, também negro, conduziu o debate e acabou se emocionando com a edição, considerada histórica. Ele fez questão de falar sobre o combate ao racismo. A edição teve ainda a presença das jornalistas Maju Coutinho, Zileide Silva, Aline Midlej, Flávia Oliveira e Lilian Ribeiro.

Plasma contra a Covid-19

Pessoas recuperadas da Covid-19 podem doar plasma convalescente, um dos componentes sanguíneos, ao Hemoce. O material pode ser usado em terapia auxiliar para pacientes em estado grave com a doença. O doador deve ter se recuperado há mais de 30 dias, além disso, não pode apresentar nenhum sintoma. Os interessados podem realizar agendamento online para comparecer à doação, às segundas, quartas e sextas, de início apenas em Fortaleza. O agendamento pode ser feito pelos telefones (85) 3101.2305 e (85) 3101.2296.

Suécia não é exemplo

A decisão da Suécia de não impor um bloqueio mais duro em resposta à pandemia da Covid-19 resultou em mais mortes que o esperado. A conclusão é do responsável pela estratégia adotada no país, o epidemiologista Anders Tegnell. A Suécia tem uma taxa de mortalidade muito maior que a de seus vizinhos. No dia 3/6, Tegnell disse a uma rádio sueca que o país poderia ter feito mais do que foi feito para conter a pandemia. Em 3/6, a Suécia registrava mais de 4 mil mortes e mais de 40 mil casos, enquanto vizinhos como a Dinamarca, registrava 580 mortes; a Noruega, 237 e a Finlândia, 321. A Suécia foi citada por Bolsonaro como modelo a ser seguido, por não impor isolamento social e manter aberta boa parte do comércio.